

das acessões, de desocupação do imóvel e de recuperação da área degradada, mediante documentação formal. 2 - Publique-se e notifique-se o interessado.

ETELVINO VERÍSSIMO DA SILVA

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL – CONPLAN, REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2005.

Às nove horas e trinta minutos do décimo quarto dia do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, no Plenário do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Distrito Federal – CREA/DF foi aberta pela Secretária de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diana Meirelles da Motta, substituindo neste ato, o Presidente do Conselho, o Excelentíssimo Senhor Joaquim Domingos Roriz, Governador do Distrito Federal, a 43ª Reunião Ordinária do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN, com a presença dos Conselheiros relacionados ao final da Ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita na íntegra: 1) Ordem do dia: 1.1) Abertura dos trabalhos e verificação do quorum; 1.2) Assinatura da Ata da 42ª Reunião Ordinária; 2.3) Posse do Conselheiro Etevlino Veríssimo da Silva, Conselheiro Suplente da SEMARH. 2) Abertura dos Trabalhos: 2.1) Processo nº 260.045.630/2005. Assunto: Plano Diretor Local do Guarã – PDL do Guarã e SIA. Interessado: SUDUR/SEDUH. Relator: Conselheiro Geraldo Nogueira Batista; 2.2) Apresentação do Projeto do Riacho Fundo II – 1ª Etapa – Equipe da SUDUR. 3) Assuntos Gerais. 4) Encerramento. Após a verificação do quorum a Presidente Substituta Diana Meirelles cumprimentou a todos e deu início à Pauta do dia com a apreciação da Ata da 42ª Reunião Ordinária, aprovadas por todos e em seguida, submeteu aos presentes o referendo da posse de Conselheiros representantes do Poder Público, que impedidos de comparecerem à reunião ordinária, foram empossados em seus gabinetes, são os seguintes: Marcus Antônio Silva – Secretário de Desenvolvimento Econômico; Valdivino José de Oliveira – Secretário de Fazenda; Mauro Costa Mendes Cateb – Secretário de Transportes; Miguel Ângelo Farage – Procurador Geral do Distrito Federal; Ricardo Pinheiro Penna – Secretário de Planejamento, Coordenação e Parcerias; Vatanábio Brandão Souza, da SUCAR, e informou que naquela sessão estava prevista a posse do Conselheiro Etevlino Veríssimo da Silva, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, como Conselheiro Suplente da SEMARH, tão logo chegasse à reunião. Prosseguindo os trabalhos, passou para o item 2.1 da Pauta, sobre o Plano Diretor do Guarã – PDL e SIA, tendo como relator o Conselheiro Geraldo Nogueira Batista e, antes de dar a palavra ao Relator, informou que no dia anterior, 13 de setembro, participara de uma Reunião na Administração do Guarã com a presença da comunidade. Sobre o tema, comentou que foram mais de 20 reuniões com a comunidade e que a Secretaria teve muito orgulho desse trabalho que inovou uma metodologia e buscou mais agilidade dos trabalhos, mais efetividade nas características da ocupação urbana e também na inovação dos instrumentos de política urbana e, em nome da Secretaria, agradeceu a equipe da SUDUR comandada pela Arq. Ana Lúcia e agora pela Arq. Giselle Moll, e a todos os técnicos que participaram, pois este Plano Diretor é um documento técnico e inovador para os futuros PDL's. Em seguida passou a palavra ao Conselheiro Geraldo Nogueira Batista que disse ser sido com prazer que recebeu a incumbência de relator o Plano Diretor do Guarã e que para realizar essa tarefa se apoiou também em uma leitura de pareceres anteriores visando uma homogeneidade sobre os PDL's. Submeteu o Relatório ao Conselho para análise e ressaltou o esforço e a competência da equipe técnica e de todos os envolvidos na elaboração do PDL. Disse que não iria fazer a leitura de todo o relato, apenas ler um trecho e fazer alguns comentários. Chamou a atenção dizendo que durante a elaboração do PDL, ocorreu uma alteração administrativa significativa, que foi a divisão da Região Administrativa do Guarã, e entende que a elaboração de um Plano Diretor é sempre um processo pedagógico. O Relator sugeriu editar uma versão sintetizada com linguagem jornalística a fim de facilitar o entendimento por parte da população. Com relação aos programas disse que a Lei não estabelece claramente a quem caberá a responsabilidade pela execução de cada um deles e que poderiam ser definidos critérios urbanísticos que favorecessem essas áreas. afirmou que o planejamento urbanístico por si só não possui o dom de assegurar o desenvolvimento econômico e social de uma região. A Presidente Substituta agradeceu ao Conselheiro Geraldo Nogueira e esclareceu que seu relato fora feito com base em uma versão anterior à que os Conselheiros receberam e que grande parte das questões relacionadas ao parecer já haviam sido incorporadas ao Plano Diretor e apresentadas na Audiência Pública ocorrida no dia anterior. Ressaltou a alteração referente à retirada do Capítulo de Desenvolvimento Econômico e Social por se tratar de matéria que a política territorial não teria condições de garanti-la. Disse achar que houve um amadurecimento dos dispositivos apresentados, e que será apresentada agora a versão final em formato mais informativo e objetivo. Em seguida passou a palavra para a Arq. Tatiana Cellier Ogliari que deu início à apresentação técnica do Projeto de Lei do Plano Diretor do Guarã. Após a apresentação a Arq. Tatiana fez o agradecimento e disse estar realmente emocionada com a sensação de cumprimento de um longo e verdadeiro trabalho de equipe onde todos colaboraram e que os colegas compartilham com esse sentimento que foi um grande enriquecimento profissional para toda a equipe. A Presidente Substituta Diana agradeceu a Arq. Tatiana pela apresentação e passou a palavra a Dra. Giselle Moll que também coordenou todo o processo desse trabalho, para dar alguns esclarecimentos. A Dra. Giselle Moll complementou as

palavras da Arq. Tatiana dizendo que foi um trabalho de equipe e que fora dado um tempo relativamente curto para sua elaboração apesar de que haviam estudos e diagnósticos que começaram em 1996 e que foram atualizados e incorporados ao trabalho. Esclareceu que a Reis Arquitetura foi contratada como Consultora para organizar e concluir as propostas que já estavam elaboradas pela equipe técnica da SEDUH. Ressaltou a participação da comunidade no desenvolvimento do trabalho e que a equipe se empenhou em atender às suas solicitações. A Presidente Substituta Diana, antes de passar a palavra aos demais Conselheiros, deu posse ao Dr. Etevlino Veríssimo da Silva, representante da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, na qualidade de Conselheiro Suplente e agradeceu a colaboração que essa Secretaria, especialmente na pessoa do Secretário Antônio Gomes tem dado à SEDUH. Em seguida registrou a comunicação da Conselheira Ana Maria Nogueira que está fora do país e por isso pedia desculpas por não estar presente à reunião. Passou a seguir a palavra ao Conselheiro Newton de Castro que parabenizou em primeiro lugar a equipe pela qualidade do trabalho, principalmente por ser uma área extremamente sensível, muito próxima da área tombada. Fez uma ressalva com relação às edículas, sugerindo que seja expresso na Lei que elas serão térreas. Indagou sobre a existência de um Plano de Circulação Viária para o Setor de Indústrias e Abastecimento em função dos congestionamentos hoje existentes no local. Logo após a Cons. Diana passou a palavra ao Conselheiro Cassimiro que questionou se há de fato uma restrição absoluta de criação de unidades habitacionais no SAI, mencionando a Cidade do Automóvel que já está prevendo esse uso. Indagou sobre o “coeficiente de aproveitamento” previsto na Lei e como será definido o coeficiente máximo contido no art. 27. Disse ter uma preocupação muito grande com esse tema, por entender que se trata de um dispositivo que permitirá o monitoramento do desenvolvimento urbano. A Presidente Substituta Diana agradeceu ao Conselheiro Cassimiro e passou a palavra para a Dra. Giselle Moll que prestou os esclarecimentos tanto ao Dr. Newton quanto ao Dr. Cassimiro dizendo que em relação a reestruturação do sistema viário do SIA, o Plano Diretor Local incorporou as diretrizes constantes do Plano de transportes do Distrito Federal, que está sendo concluído pela Secretaria de Transportes e pela SECAP, e que a principal preocupação na região foi integrar os diversos setores da cidade que hoje não se comunicam. Informou que o Plano Diretor de Transporte está prevendo a duplicação da área da EPTG com a criação de vias marginais à EPTG e à EPLC, solução que muito vão auxiliar o acesso ao Setor de Indústria. Quanto ao SIA, disse que o Projeto de duplicação da via principal de acesso foi contratado pela NOVACAP e já foi concluído devendo ser implantado em breve. Com relação a habitação no SIA esclareceu que não está sendo permitida, de maneira nenhuma, porque não houve em nenhum momento solicitação de habitação. Sobre o Coeficiente Máximo e Lei Específica perguntados pelo Conselheiro Cassimiro, explicou que os coeficientes máximos estão todos definidos no Anexo VII, Mapa 7, isto é, os Coeficientes Máximos estão todos definidos nas áreas urbanas existentes, exceto nas áreas de projetos futuros que terão tratamento oportuno. Dando prosseguimento a Presidente Substituta Diana passou a palavra ao Conselheiro Francisconi que falou que o Plano ora apresentado está infinitamente superior àquele que foi relatado por ele, além de ter sido feito num prazo extremamente curto. Indagou se a Boulevard Metropolitana é simplesmente uma estrutura metropolitana ou se é um parque. Fez uma observação sobre umas discrepâncias encontradas nos mapas apresentados e que a sua sugestão é que o CONPLAN aprove de antemão uma revisão a adequação da compatibilização dos instrumentos com os objetivos com as áreas que foram definidas; Continuando, o Conselheiro Francisconi disse achar importante quando se trata da Operação Urbana Consorciada, que seja revisito o destino dos recursos auferidos por esse meio e definido em Lei. A Presidente Substituta Diana passou a palavra ao Conselheiro João Bosco que fez uma observação sobre o Sistema Viário do SIA, no trecho XVII. Disse que foi projetado uma Via que faz a ligação com a EPIA e que ela não apareceu na demonstração do Sistema Viário e queria verificar se poderia localizar essa pista na figura projetada. A Presidente Substituta Diana passou a palavra ao Conselheiro Eduardo Ávila, da SUCAR que ressaltou a necessidade de se equipar a cidade para os portadores de necessidades especiais. Mencionou algumas iniciativas do GDF nesse sentido. Logo após foi passada a palavra a Conselheira Elza Kunze a qual disse que gostaria que a ciclovia estivesse mais integrada ao Sistema Viário local, oferecendo mais segurança ao ciclista. Logo após foi passada a palavra ao Conselheiro recém empossado Etevlino Veríssimo, que agradeceu as palavras da Dra. Diana quando se referiu a SEMARH. Disse ter levado o abraço do Secretário Antônio Gomes que não pôde estar presente em função das celebrações do aniversário da SEMARH. Disse que o que lhe chamara a atenção quando se falou em taxa mínima de impermeabilização foi o teor Art. 14, inciso “V – ampliar as superfícies de retenção de águas pluviais por meio de tratamento arbóreo e com “superfícies de piso” predominantemente vegetais ou drenantes como apoio ao tempo de retenção das águas. Comentou que está havendo uma impermeabilização bastante acelerada em toda parte a montante do Lago Paranoá, sugerindo essa reflexão à equipe técnica responsável pelo PDL. A Presidente Substituta Diana agradeceu ao Conselheiro Etevlino e informou à Conselheira Elza Kunze que sua preocupação está contemplada no Projeto Especial 26, no Anexo XI. Referindo-se à apresentação do Projeto do Riacho Fundo II, informou que foi firmado um Convênio de Cooperação com a União, sobre a regularização de terras no Distrito Federal, e salientou que o Riacho Fundo II será Pauta do 1º Termo Aditivo desse Convênio, assinado no dia 8 de setembro último, pelo Ministro das Cidades, pelos representantes do Ministério da Cultura, Ministério do Planejamento, Ministério do Meio Ambiente e o Governador do Distrito Federal, após quatro anos de negociação. Dado o adiantado da hora consultou os Conselheiros se concordavam que essa matéria fosse discutida na próxima reunião, proposta acatada por todos. A Presidente, levando em consideração que as sugestões contidas no relato do Conselheiro Geraldo Nogueira seriam integradas ao Projeto, e para isso a equipe técnica da SEDUH reunir-se-á com o Conselheiro, estendeu o convite aos demais Conselheiros, especialmente o Conselheiro Francisconi, para apresentar sugestões por ocasião dessas discussões conjuntas. Sugeriu que fosse considerado uma votação do Parecer do relator na condição de que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano discutisse essa recomendações com os respectivos autores para fazer com que as suas proposições fossem consideradas o Projeto de Lei. Em seguida

passou à votação do Parecer do Conselheiro Geraldo com a garantia de que as sugestões apresentadas pelos Conselheiros Cassimiro, Newton e Francisoni fossem incorporadas ao Projeto pela Secretária. Após esses ajustes a versão final será apresentado ao Conselho. A proposta foi colocada em votação tendo sido aprovada. Informou da próxima reunião, que será dia 26 de outubro. O Conselheiro Cassimiro fez questão de registrar seu voto, de que concordava com a proposta mencionada acima, desde que os parâmetros referente aos coeficientes de aproveitamento, para quaisquer áreas fizessem parte da Lei. A Presidente disse que a sugestão do Conselheiro Cassimiro era oportuna, e sugeriu que a Secretária fosse à Procuradoria para aprofundar a questão e incorporá-la ao Projeto. O Conselheiro Luis Antônio manifestou-se e após algumas considerações técnicas disse considerar viável a definição dos coeficientes de aproveitamento mínimo, básico e máximo em atendimento à proposta do Conselheiro Cassimiro. A Presidente finalizou a reunião com votos de parabéns a todos por essa grande vitória de trabalho conjunto. Parabenzou os Conselheiros e toda equipe da SEDUH por terem feito um bellissimo trabalho. Agradeceu a presença de todos e informou que um dos itens da próxima Pauta será o Riacho Fundo II e nesse ínterim a Secretária vai fazer uma reunião com os Conselheiros Francisoni e outros que queiram manifestar suas sugestões. Sobre o item 3 da Pauta, Assuntos Gerais, Dra. Diana deu conhecimento aos presentes sobre a Moção 001/2005 do Conselho do Meio Ambiente do DF, encaminhada ao CONPLAN e ao CONPRESB. Não havendo mais informes a Presidente Substituta Diana Meirelles da Motta encerrou a reunião, da qual, eu, Mariana do Carmo de Paula, Secretária ad hoc, laivrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos os Conselheiros presentes. Brasília, 14 de setembro de 2005. Presidente Substituta: Diana Meirelles da Motta Conselheiros Presentes: José Eduardo Barreto Ávila, Jarbas Silva Marques, Edmar Gontijo de Lima, Antônio Alves do Nascimento Neto, Etevíno Veríssimo da Silva, Pedro Maurício Cabral Teixeira, Cassimiro Marques de Oliveira, João Bosco Soares, Elza Kunze Bastos, Luis Antônio Almeida Reis, Narinalva Alves de Mendonça, Jurandi Pereira Marinho, Guaraci de Araújo Melo, Gil Cláudio Roriz Gonçalves, Concita A. Cernicchiaro, Jorge Guilherme Francisoni, Geraldo Nogueira Batista, Newton de Castro, Vera Mussi Amorelli, Juvenal Batista Amaral.

ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL – CONPLAN, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2005.

Às nove horas do vigésimo sexto dia do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, no Plenário do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Distrito Federal – CREA/DF, foi aberta pela Secretária de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diana Meirelles da Motta, substituindo neste ato, o Presidente do Conselho, o Excelentíssimo Senhor Joaquim Domingos Roriz, Governador do Distrito Federal, a 44ª Reunião Ordinária do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN com a presença dos Conselheiros relacionados ao final desta Ata para deliberar sobre os assuntos constantes da Pauta a seguir transcrita: 1) Ordem do dia: a) Abertura dos trabalhos e verificação do quorum; b) Posse de Conselheiro; c) Apreciação e assinatura da Ata da 43ª Reunião Ordinária e Decisão nº 04/2005. 2) Abertura dos Trabalhos: a) Processo nº 260.007.178/2000, Interessado: SUDUR/SEDUH; Assunto: Setor Habitacional Riacho Fundo II – Parcelamento de Área Relator: Conselheiro Tony Marcos Malheiros; 2.3) Apresentação da versão final do PDL do Guarã e SIA. 3) Assuntos Gerais. 4) Encerramento. Antes de dar início a reunião a Presidente Substituta Diana comunicou sobre a justificativa da ausência dos Conselheiros Etevíno Veríssimo e Juvenal Batista. Informou estar encaminhando naquele dia para o Governador do Distrito Federal o PDL do Guarã e SIA, que foi um divisor de águas no contexto da elaboração de PDL's no Distrito Federal, e por isso a Secretária tinha muito a comemorar considerando o grande avanço de natureza metodológica havido em sua elaboração com o apoio do Arq. Luis Antônio Reis e sua equipe, bem como de outras equipes da Secretária e demais órgãos afins do Distrito Federal. Disse que o PDL do Guarã é de uma importância muito grande especialmente na articulação do sistema urbano do Distrito Federal, pois com ele se pretende inaugurar uma nova fase de elaboração de PDL's. A Presidente Substituta espera que no próximo ano tenha mais tempo para refinar essa metodologia e ainda este ano, em dezembro, ocorrerá a primeira Audiência Pública da revisão do PDOT. Comentou que a elaboração do PDOT é um processo bastante complexo e que, entre as maiores dificuldades encontradas, está a articulação dos diversos órgãos ambientais envolvidos e que a Secretária tem estado em contato com vários especialistas a fim de que em novembro já tenha uma equipe nessa área com condições de tratar o tema de forma bastante segura. Informou também que já começou a trabalhar com os Grupos de Trabalhos para fazer um Convênio com a União para a regularização de terras no Distrito Federal, especialmente em áreas ocupadas. Segundo a Presidente Substituta, foram criados 4 (quatro) Grupos de Trabalho sendo um para trabalhar a área do Riacho Fundo II - ocupado, outro para estudar o Riacho Fundo II - desocupado, um para a Telebrasilândia e um para o Polo Digital, todos compostos por 2 (dois) representantes da comunidade local, dois representantes do GDF e dois representantes da União, ou seja, do Governo Federal e que as reuniões têm sido bastante objetivas. Falou da Conferência das Cidades - Versão Distrital, para o início do mês de novembro e que a Secretária teve dificuldades orçamentárias para preparar essa Conferência mas que ela será realizada e encaminhará convite aos Conselheiros, pois seria muito importante a participação de todos. Falou de sua participação, a convite da ProF. Ana Maria Nogales, na Universidade de Brasília, em uma mesa redonda sobre pesquisas demográficas recentes no DF cujos resultados são valiosíssimos para as políticas urbanas no Distrito Federal. Após a verificação do quorum a Presidente Substituta Diana comunicou que terá que se ausentar e passará a condução da mesa para a Dra. Giselle Moll - Subsecretária de Urbanismo e Preservação. Prosseguindo deu posse ao Conselheiro Suplente Caio Abbott, representante da Secretária de Estado de Planejamento - SEPLAN, dando-lhe as boas vindas. Registrou a presença do Dr. Eduardo Alves de Almeida Neto, Subsecretário de Fazenda do Distrito Federal que também tem dado muito apoio à Secretária nos desafios orçamentários. Desejou a todos uma ótima reunião

esperando vê-los no próximo mês e passou a condução dos trabalhos à Dra. Giselle Moll. A Drª Giselle Moll cumprimentou a todos e disse ser uma honra presidir a reunião, dando início aos trabalhos colocando em apreciação a Ata da 43ª Reunião Ordinária. O Conselheiro Geraldo Nogueira sugeriu que fosse eliminada na Ata a outorga onerosa, direito de superfície e direito de construir. A Drª Giselle disse que a Ata seria corrigida ficando as assinaturas para serem colhidas após essa correção. Passou a seguir a palavra ao Conselheiro Francisoni que sugeriu alterar o trecho de sua fala na Ata substituindo o termo "coeficiente básico" por "coeficiente mínimo". A seguir a Dra. Giselle passou a palavra ao Arquiteto Rubens Amaral, Gerente da Gerência de Projetos da Diretoria de Estudos e Projetos da Subsecretaria de Urbanismo e Preservação, que precedeu o relato do Conselheiro Tony Malheiros, com a apresentação do Projeto do Riacho Fundo II - 1ª Etapa. Após a apresentação a Dra. Giselle abriu a palavra aos Conselheiros para esclarecerem suas dúvidas a respeito do Projeto. O Conselheiro Newton de Castro indagou se a rede de energia elétrica existente ao longo da BR-060 seria removida ou se havia afastamento suficiente para evitar problemas. O Arquiteto Rubens esclareceu que haviam deixado o afastamento exigido pela Concessionária após consulta oficial. Continuando, o Conselheiro Newton fez referência à cabeceira do Riacho Fundo que, segundo ele, tem problema para esgotamento pluvial e sanitário, perguntando se fora previsto pela CAESB a exportação de esgoto para a Bacia do Corumbá e, caso contrário, qual seria a solução. O Arquiteto Rubens informou que a Concessionária se posicionou no sentido de adequar o sistema do Riacho Fundo. O Arquiteto Rubens disse que, com relação às outras perguntas, a NOVACAP seria consultada o mais rápido possível de modo a não prejudicar a aprovação do Projeto. A Dra. Giselle disse que com base no parecer da CAESB, poderia ser incluído no Memorial Descritivo uma recomendação para que as águas pluviais fossem captadas e exportadas para a Bacia do Corumbá. O Conselheiro Newton de Castro pediu que constasse em Ata uma homenagem ao Professor Bertran, falecido recentemente, que foi um dos maiores estudiosos da área do Distrito Federal, e por seu intermédio tomou conhecimento sobre a fragilidade da área entre o Riacho Fundo I e o Riacho Fundo II. O Arquiteto Rubens esclareceu que entre os estudos que estão sendo desenvolvidos em parceria com a União está a preservação dessa área e a consolidação do Parque como local de proteção de nascentes. Em seguida a Drª Giselle passou a palavra ao Conselheiro Francisoni que perguntou o que existia no local e o que levou à elaboração do Projeto ora apresentado, bem como qual população seria ali acrescida. Pediu também esclarecimentos sobre os Conjuntos x, y, z da QN 5B. O Arquiteto Rubens esclareceu que a população prevista originalmente era de 5.633 e que após reparcelamento passou a ser 6.385 habitantes. Com relação a recomendação da CAESB, inferiu que deveria ser em função do Projeto anterior estar voltado para áreas industriais, bem mais impactantes ao longo da rodovia. A seguir foi passada a palavra para a Conselheira Ana Maria que disse que gostaria de saber qual seria a população alvo do projeto, não em números, mas sim quanto às características dessa população. A Drª Giselle informou que seria uma população de baixa renda, da lista da SEDUH e das Cooperativas, basicamente. A Conselheira Ana Nogales chamou a atenção que essa população se assemelharia mais à do Recanto das Emas ao que a Presidente concordou. A Conselheira sugeriu que as estimativas tomassem como base as características mais próximas da população que se pretendia atingir e que seria importante pensar no tipo de habitação em termos de Riacho Fundo I e não de Recanto das Emas. O Arquiteto Rubens esclareceu que a informação utilizada é referente ao número de habitantes por domicílio e que nesse caso os dados são muito próximos, sendo 3,91 para um e 4,01 para outro. A Conselheira Ana Nogales argumentou que as características em termos de faixa etária, de arranjos familiares e de demanda são um pouco diferentes entre ambas e que o Projeto, atenderia melhor a população alvo se fossem levados em consideração todas essas informações. O Arquiteto Rubens falou que a caracterização do Projeto considerou o perfil de Recanto das Emas, e frisou que o Riacho Fundo II funciona vinculado ao Recanto das Emas. A Dra. Giselle agradeceu as observações da Conselheira e esclareceu que apesar de Riacho Fundo I e II serem da mesma Região Administrativa, têm diferenciação populacional, de renda e de organização familiar. Dando prosseguimento a Presidente substituta passou ao item a) Processo nº 260.007.178/2000, Interessado: SUDUR/SEDUH; Assunto: Setor Habitacional Riacho Fundo II – Parcelamento de Área, Relator: Conselheiro Tony Marcos Malheiros; O Conselheiro Tony Malheiros leu seu relato cujo voto segue transcrito na íntegra: "VOTO, pelo indicativo de Aprovação do Projeto de Urbanismo URB 002/01, Memorial Descritivo MDE 002/01 e as Normas de Edificação Uso e Gabarito NGB 002/01, NGB 026/04, NGB 180/93, NGB012/04 e NGB009/05." A Dra. Giselle agradeceu ao Conselheiro e perguntou se algum Conselheiro teria alguma coisa a acrescentar. A Conselheira Vera Amorelli pediu dois esclarecimentos. Primeiro, se já houve algum pronunciamento da área ambiental sobre o que está sendo proposto, se passou pelo CONAM e quanto ao licenciamento ambiental se as licenças estão vencidas. Disse achar importante ver a viabilidade ambiental desse parcelamento. A outra questão é, em relação aos índices urbanísticos para a área. Quis saber se já estão fixados todos esses índices que são necessários ao parcelamento, inclusive coeficiente de aproveitamento básico, se já existe essa fixação, visto que esse procedimento deverá ser feito por meio de Lei. O Arq. Rubens disse que o Riacho Fundo II segue o EIA/RIMA 8 ZOR I e que se chegou a emitir uma Licença de Instalação viabilizando toda a poligonal do que seria hoje o Riacho Fundo II. Quanto aos coeficientes, disse que foram aprovadas Normas já existentes para o Riacho Fundo. A Dra. Giselle disse que os coeficientes de aproveitamento máximo já estão sendo definidos pelas NGB's. Quanto ao coeficiente de aproveitamento básico, disse tratar-se de uma situação nova e que gostaria de analisar a necessidade de se ter um coeficiente de aproveitamento básico numa área onde já existe parcelamento. Acrescentou que todas as NGB's tem de definição de coeficiente máximo além das tipologias específicas, e não sabe se haveria necessidade de ser definido o citado coeficiente. Indagou se a Conselheira Vera poderia esclarecer. A Conselheira Vera Amorelli argumentou que se tratava de novo parcelamento, pois o que estava sendo submetido não era o que já existia e sim a alteração. E sendo assim, entendia que o índice deveria ser fixado porque o próprio Estatuto da Cidade já teria tornado obrigatório esses coeficientes em caso de Planos Diretores. No caso em questão, como ainda não tem Plano, então deveria haver uma indicação e esses índices seriam fixados por